



ACÓRDÃO Nº1644/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12953/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Presidente Figueiredo.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Jonas Castro Ribeiro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Rebeka Ketlen Silva Batista –OAB/AM 14406.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3457/2023-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Presidente Figueiredo. Exercício de 2020.

Irregularidade. Alcance. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a prestação de contas anual do **Sr. Jonas Castro Ribeiro**, responsável pela Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, exercício 2020, nos termos do art. 22, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, em razão das impropriedades identificadas que restaram não sanadas;
- 10.2. **Considerar em Alcance** ao **Sr. Jonas Castro Ribeiro**, responsável pela Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, exercício 2020: a) do valor de **R\$769,16** (setecentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos), em razão de pagamento de valor indevido de multa de trânsito e ausência do devido processo de responsabilização e ressarcimento ao erário público; b) do valor de **R\$696.764,40** (seiscentos e noventa e seis mil, setecentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos) decorrente de gastos com auxílio combustível, referente ao contrato nº 002/2020, sem a devida comprovação da destinação à finalidade pública, configurando desvio de finalidade destas mesmas despesas, bem como violação aos princípios da transparência e do dever de prestar contas; os quais devem ser devidamente corrigidos e atualizados monetariamente, nos termos do art. 25, caput, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c art. 304, inciso I, da



ACÓRDÃO Nº1644/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Resolução nº 04/2002-RITCEAM; e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar multa ao Sr. Jonas Castro Ribeiro**, responsável pela Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, exercício 2020, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, inciso VI, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, em razão de atos praticados em contrariedade às seguintes normas legais: artigos 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964, art. 1º, §1º e 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 48, “b” da Lei nº 4.320/64 (pagamento indevido de multa); artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64; artigos 25 e 26 da Lei nº 8.666/93 (ausência de controle quanto à execução de serviços); art. 67, da Lei nº 8.666/93 (ausência de fiscalização da Carta Contrato nº 010/2020); art. 61, caput e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 (ausência de publicação do Extrato referente a Carta Contrato nº 008/2020 e nº 010/2020); art. 43, IV, da Lei nº 8.666/93 (ausência dos orçamentos que embasaram a Planilha de Formação de Preço da Administração referente à Carta Convite nº 007/2020); art. 63, § 2º, III, da Lei nº. 4.320/1964 (descontrole de gastos com combustíveis); art. 37, II, da Constituição da República (ausência de concurso público); art. 6º, IX, da Lei n.



ACÓRDÃO Nº1644/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

8.666/1993 (inépcia no plano de trabalho nas licitações e ausência de estudos técnicos preliminares); art. 8º, IV, da Lei nº 12.527/2011 (ausência de publicação no Portal da Transparência das licitações na modalidade convite); e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da Multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Dar ciência deste *decisum* ao **Sr. Jonas Castro Ribeiro**, através de seu patrono constituído.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 1º de agosto de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.



ACÓRDÃO Nº1644/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral